

# O período escravista narrado por Machado de Assis: uma análise dos contos *O Caso da vara*, *Mariana* e *Pai contra mãe*

Keyla Macena<sup>i</sup>  
Eleta de Carvalho Freire<sup>ii</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva analisar o período escravista brasileiro, que vai até 1888, a partir dos três contos machadianos: “O caso da vara”, “Mariana” e “Pai contra mãe”, que são narrados no período oitocentista e, apesar das distintas, as histórias preocupam-se em denunciar os horrores da escravidão, durante ou após o seu fim. Esse trabalho busca trazer ao debate a literatura brasileira como elemento indispensável na análise social e histórica do país, capaz de apresentar novas informações e provocar a reflexão acerca de diferentes assuntos. Assim sendo, este estudo é de caráter bibliográfico e fundamenta-se em Bosi (1975), Priore e Venancio (2016), Marquese (2006) e Oliveira (2019). Esperamos, contudo, contribuir para o debate acerca da temática étnico-racial e da leitura literária enquanto modalidade essencial para o desenvolvimento do conhecimento histórico e a para a desconstrução de mentalidades preconceituosas.

**Palavras-chave:** Machado de Assis. Escravidão. Literatura Brasileira. Relações étnico-raciais. Brasil oitocentista.

## The slavery period narrated by Machado de Assis: an analysis of the short stories *O Caso da Vara*, *Mariana* and *Pai Contra Mãe*

**Abstract:** This article aims to analyze the Brazilian slavery period, which runs until 1888, based on the three Machado stories: *O caso da Vara*, *Mariana* and *Pai contra Mãe*, which are narrated in the nineteenth century which, despite the different stories, the narrations they are concerned with denouncing the horrors of slavery, during or after its end. This work seeks to bring Brazilian literature to the debate as an indispensable element in the social and historical analysis of the country, capable of bringing new information and provoking reflection on different subjects. Therefore, this study is bibliographic in nature and is based on Bosi (1975), Priore and Venancio (2016), Marquese (2006) and Oliveira (2019). We hope, however, to contribute to the debate about ethnic-racial themes and literary reading as an essential modality for the development of historical knowledge and for the deconstruction of prejudiced mentalities.

**Keywords:** Machado de Assis. Slavery. Brazilian literature. Ethnic-racial relations. 19th century Brazil.

Submetido em: 29 set. 2020

Aprovado em: 20 dez. 2022



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Compartilha Igual 4.0 Internacional

**DLCV – Língua, Linguística & Literatura**

**ISSN 1679-6101**  
**EISSN 2237-0900**

<sup>i</sup> Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). E-mail: keylamacena@gmail.com.

<sup>ii</sup> Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). E-mail: eleta.freire@ufpe.br.

## INTRODUÇÃO

Os contos selecionados tratam do período escravista, que compreende quase 400 anos da história do país, tendo seu simbólico fim em 1888, com a assinatura da Lei Áurea. Machado, em seus contos, aborda histórias distintas que se passam no Brasil império, sendo “Mariana” o único conto aqui analisado escrito efetivamente durante os anos de escravidão, em 1871, ano da promulgação da Lei do Ventre Livre, segundo Oliveira (2019).

Entendendo a importância da literatura para a formação cidadã e crítica é que se propõe o estudo dos contos “O caso da vara”, “Mariana” e “Pai contra mãe”, como forma de se analisar um período histórico e suas mazelas sociais, sabendo que os valores e ensinamentos são também passados através da leitura literária. Conforme Coelho:

Ao estudarmos a história das culturas e o modo pelo qual elas foram transmitidas de geração para geração, verificamos que a literatura foi o principal vínculo para a transmissão de seus valores de base. Literatura oral e literatura escrita foram as principais formas pelas quais recebemos a herança da tradição que nos cabe transformar, tal qual outros o fizeram antes de nós com os valores herdados e por sua vez renovados. (COELHO, 2000, p. 13).

Ademais, a literatura também possui uma função humanizadora e social, capaz de ensinar e provocar a reflexão acerca da sociedade e das condições de vida e é nessa perspectiva que se torna possível a construção do conhecimento e o debate acerca do racismo estrutural que é fruto de anos de escravidão no país, que vitimizou e vitimiza negros até os dias de hoje, inclusive o próprio Machado, que ao longo dos anos foi embranquecido pelos livros didáticos e outros meios de divulgação literária.

Deste modo, o presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica, de caráter sociopolítico, fundamentada em Alfredo Bosi (1975), Ana Lúcia Oliveira (2019), Mary Del Priore e Renato Venancio (2016) e Rafael Marquese (2006). Assim sendo, o artigo está dividido em três partes, a primeira que tratará do período histórico abordado nos contos e o processo de abolição da escravatura; a segunda, focada na produção realista dos contos de Machado e o terceiro item fará uma análise geral do período a partir de enxertos presentes na obra.

Esperamos com esse artigo, não apenas provocar a reflexão do leitor, como fazer lembrar-se da nossa história, para que os mesmos erros não se repitam e possamos combater os males enraizados no país.

Machado foi um grande intelectual brasileiro, homem negro que produziu e denunciou as injustiças da sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. Nasceu pobre e era neto de pessoas

que foram escravizadas, deste modo, conhecer a história do Brasil através das obras machadianas é interiorizar o que foi dito por Nelly Novaes Coelho na epígrafe do artigo: “Literatura é experiência de vida”.

## A SOCIEDADE ESCRAVISTA E O PROCESSO DE ABOLIÇÃO

Atualmente a sociedade brasileira lida com um forte racismo estrutural que advém de anos de escravidão que maculam a nossa história, visto que desde a fundação do país, povos não-brancos são escravizados e discriminados em decorrência de suas características fenotípicas. O racismo estrutural é compreendido por Silvio Almeida (2019) como:

Uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. (ALMEIDA, 2019, p. 50).

Assim, para se compreender esse racismo e as denúncias feitas por Machado após a abolição nos contos “O caso da vara” e “Pai contra mãe”, é preciso compreender o período histórico que se inicia no Brasil colônia/português e permeia até o Brasil império.

Os povos africanos eram trazidos para o país, no período colonial, à medida que os senhores de engenho iam enriquecendo, então substituíam os escravizados indígenas pelos africanos, com a finalidade de explorar a mão de obra escrava para os engenhos de açúcar sobre o pretexto de que os negros eram mais fortes e inferiores, servindo apenas para o trabalho escravo. Marquese (2006) explica que tendo como exemplo a experiência em Portugal, especificamente na Ilha da Madeira e de São Tomé, a Coroa buscou estimular a construção de unidades açucareiras no Brasil a partir da década de 1530.

Quando a dificuldade para se construir uma base sólida de redes de engenhos na zona litorânea do país, na década de 1570, foram superadas com as parcerias feitas com o norte da Europa com a articulação do tráfico dos povos africanos, tornou-se viável o crescimento definitivo da indústria e comércio açucareiro escravista do Brasil português. Este vai de 1580 a 1620, quando o crescimento é tão grande a ponto de superar as regiões do mercado europeu (MARQUESE, 2006).

Em consonância com o autor, Priore e Venancio (2016) relatam que:

A escravidão de negros em associação com engenhos de açúcar era comum. Intensificou-se ao longo dos séculos XVI e XVII, graças ao tráfico para o Brasil. [...] a porcentagem de escravos índios envolvidos na produção do açúcar foi, por outro lado, baixando à medida que os senhores enriqueciam e podiam importar africanos. (PRIORE; VENANCIO, 2016, p. 51).

O Brasil, além de ter sido o último país das Américas a abolir a escravidão, recebeu a maior quantidade de escravizados africanos, cerca de quatro milhões, o que corresponde a mais de um terço de todo o comércio negreiro, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (BRASIL, 2000).

Posto isso, os escravizados no país eram divididos em boçais, os que acabavam de chegar do continente africano e ladinos, “os que já aculturados e que entendiam o português.” (PRIORE; VENANCIO, 2016, p. 52). Entretanto, eles ainda faziam contraponto aos crioulos, que diferente dos escravizados estrangeiros, esses eram nascidos no Brasil. Priore e Venancio (2016) relatam que os crioulos e os escravizados de pele mais clara cuidavam dos serviços domésticos e artesanais, enquanto os africanos ficavam com os serviços braçais e mais pesados.

Diferente de como é ensinado e muito propagado, a abolição não se dá única e exclusivamente por conta de uma lei assinada por pressão da Inglaterra, mas sim como fruto de muita luta que mobilizou um sem número de sujeitos históricos que integravam diferentes áreas da sociedade.

Então para que a abolição de fato acontecesse, houve resistência dos escravizados durante os anos do período escravista através da criação de quilombos, sendo o de Palmares o mais popular, cuja liderança foi, por muito tempo, exercida por Zumbi. O quilombo “tratava-se de comunidades originalmente constituídas por negros fugidos, instaladas, hoje nas áreas onde houve luta e resistência contra a escravidão” (PRIORE; VENANCIO, 2016, p. 59) e em sua estrutura e formação emanavam organizações políticas e religiosas que podiam agir em diferentes regiões.

A Guerra dos Palmares foi um dos episódios de resistência escrava mais notável na história da escravidão do Novo Mundo. Ainda que as estimativas das fontes coevas e dos historiadores sobre o número total de habitantes diverjam bastante – de um mínimo de 6 mil a um máximo de 30 mil pessoas –, não há como negar que as comunidades palmarinas, dada a extensão territorial e a quantidade de escravos fugitivos que acolheram, tornaram-se o maior quilombo na história da América portuguesa. Suas origens datam do início do século XVII, mas sua formação como grande núcleo quilombola se deu apenas no contexto da invasão holandesa de Pernambuco, quando diversos escravos se aproveitaram das desordens militares e fugiram para o sul da capitania. (MARQUESE, 2006, p. 107).

Priore e Venancio (2016) explicam que muitas regiões conviveram com quilombos e quilombolas, tanto de forma violenta como pacífica, havendo quilombos isolados (como o caso do quilombo dos palmares) e os que eram inseridos nas vilas, eles conseguiam unir em sua comunidade pessoas de diferentes cores, etnias e credos desde que o objetivo fosse resistir ao sistema escravista e lutar pela liberdade da qual eram dignos.

Como já mencionado, a abolição não foi um único acontecimento, mas um processo que decorreu de diversas ações e, ao se estudar os motivos pelo qual foi efetivada a “libertação dos escravos”, descobriu-se que o Brasil no período Imperial era dividido a partir de três visões sociopolíticas. Conforme Priore e Venancio (2016, p. 203):

Para compreendermos com mais clareza essa questão, devemos atentar para a existência de três grupos que na época a debateram [a abolição]. Os emancipacionistas, partidários da extinção lenta e gradual da escravidão; os abolicionistas, que propunham a libertação imediata dos escravizados; e, por fim, como seria de esperar, os escravistas, defensores do sistema ou, pelo menos, da indenização dos proprietários caso a abolição fosse sancionada.

Assim sendo, o processo de abolição passou por grandes debates e dificuldades, que geraram leis graduais antes da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel. A primeira delas, foi a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850 – dez anos depois do início do Segundo Reinado, regido por D. Pedro II –, que extinguiu o tráfico negreiro no Brasil, o que provocou a decadência da economia açucareira (BOSI, 1975); A segunda foi a lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, com o objetivo de conduzir a extinção da escravidão de maneira lenta e gradual mudando as estruturas político-sociais do país aos poucos, definia que filhos de escravizadas nascidos a partir daquele ano não seriam mais escravos (LAGO, 2018); por fim, foi criada a lei dos sexagenários ou, também chamada de Saraiva-Cotegipe, datada de 1885, que determinava que escravizados com mais de 60 anos estariam livres, apesar de terem mais de 5 anos de trabalho sob os cuidados senhorial. (LAGO, 2018).

Posto isso, Priore e Venancio (2016, p. 210) explicam que “o radicalismo da ação abolicionista – não só por meio da fuga e de manifestações públicas, mas também graças a uma vasta literatura sensível [...] – criou condições para o 13 de Maio de 1888.” Isso significa dizer que se não fosse a mobilização de escravizados, negros libertos, políticos liberais abolicionistas e grandes figuras intelectuais, a abolição tardaria ainda mais.

## **MACHADO E O REALISMO BRASILEIRO**

O estilo literário denominado realismo tinha como objetivo trazer as questões públicas e sociais para a literatura, que outrora se preocupava apenas com o privado e o amor romântico nos romances burgueses, de modo a descortinar a vivência social como de fato ela era e não apenas como uma idealização representada na figura de mocinhos e vilões. Assim sendo, Bosi (1975) afirma que

O realismo ficcional aprofunda a narração de costumes contemporâneos da primeira metade do século XIX [...] e de todo o século XVIII. [...] é sempre válido dizer que as vicissitudes que pontuaram a ascensão da burguesia durante o século XIX foram rasgando os véus idealizantes que ainda envolviam a ficção romântica. Desnuda-se as mazelas da vida pública e os contrastes da vida íntima; e buscam-se para ambas causas naturais (raça, clima, temperamento) ou culturais (meio, educação) que lhes reduzem de muito a área da liberdade. O escritor realista tomará a sério as suas personagens e se sentirá no dever de descobrir-lhes a verdade, no sentido positivista de dissecar os móveis do seu comportamento. (BOSI, 1975, p. 188).

Assim, entende-se que houve uma mudança não só na mentalidade dos autores como na produção literária, que pretendia agora revelar a mudança do idealizante para o factual, que seria representado através da maior coerência e coesão da narrativa criada, considerando a descrição do espaço e a composição moral dos personagens das obras. (BOSI, 1975).

Alfredo Bosi (1975) explica que o realismo, posterior a geração condoreira do romantismo, que já pautava questões sociais e de liberdade em suas obras, nem sempre estará ligado com as questões europeias, pois as raízes e problemáticas nacionais serão mais acentuadas. Segundo o autor, “O tema da abolição e, em segundo tempo, o da República, serão o fulcro das opções ideológicas do homem culto brasileiro a partir de 1870. Raras vezes essas lutas estiveram dissociadas.” (BOSI, 1975, p. 182).

Portanto, um estilo literário que se comprometia em retratar os fatos, não poderia ignorar a realidade escravista da época, tratando como inexistente, então os temas relacionados à escravidão e a abolição tornam-se objetos de escrita dos intelectuais realistas da época, dentre os quais, Machado de Assis.

Joaquim Maria Machado de Assis nasce e cria-se no morro do livramento do Rio de Janeiro, em 1839. Neto de escravizados e oriundo de família pobre e periférica alcança mérito como escritor e intelectual brasileiro, trabalhando em diversas áreas como tipógrafo, revisor e funcionário público, contraria toda a sociedade oitocentista marcada pelas desigualdades de classe, e participa da criação da Academia brasileira de Letras em 1897, na qual é eleito o primeiro presidente, ocupando o cargo por mais de dez anos. (OLIVEIRA, 2019).

Mesmo com uma ampla carreira intelectual, produzindo poemas, crônicas e romances, Machado consagra-se como um dos mais importantes contistas brasileiros, escrevendo cerca de duzentos contos em sua toda sua vida, sendo eles obras realistas (OLIVEIRA, 2019) e, segundo Bosi (1975, p. 193), “o ponto mais alto e mais equilibrado da prosa realista brasileira, acha-se na ficção de Machado de Assis.”

Entretanto, o realismo de Machado compreende-se de uma maneira singular, pois o autor transmite ao seu leitor a diferenciação entre o tempo que se passa a obra e o tempo narrado, fazendo-o perceber as nuances dentro da narrativa.

Consciente da dificuldade, se não da impossibilidade de retratar um fato com perfeita fidelidade à maneira pela qual este se realizou, Machado de Assis prefere manter fidelidade perfeita à maneira pessoal por que o percebe ou recorda; se o fator da dificuldade ou impossibilidade é o tempo decorrido entre a ação narrada e sua narração, a frase ressaltante acentua essa relação temporal e contribui de maneira eficaz a mantê-la viva na consciência do leitor, cuja atenção é solicitada para a circunstância de que a narração é um fruto da memória. (MARTINS, 1966, p. 83).

Desta maneira, a obra Machadiana dialoga o tempo inteiro com o leitor, demonstrando que não se há espaço para meras descrições infundadas, mas o autor assume quando não há palavra para descrever certas ações dos personagens ou quando a memória lhe é falha, tornando o acontecimento narrado ainda mais real, pois cria no imaginário popular a ideia de que ele está contando algo que observou em determinado momento, o que chamaríamos hoje no senso comum de fofoca, atraindo assim a total atenção do leitor e revelando a sua humildade em dialogar e se fazer compreensível.

Realista é Machado de Assis, sem dúvida, na medida em que, por não falsear a realidade, deixa de referi-la se não tem perfeita consciência de que a conhece rigorosamente, mas não é decerto um realista daqueles que se entenderam capazes de oferecer em suas obras o retrato completo dos homens, de suas motivações e de suas circunstâncias. E a lição de seu estilo e de seus livros parece ser mesmo essa de que a vida e o homem escapam ao conhecimento humano como o sol à peneira, e que a sabedoria maior consiste em prevenir-se com humildade contra a presunção do contrário. (MARTINS, 1966, p. 88).

Os personagens de Machado de Assis são figuras criadas para ser o mais real possível, revelando suas bondades e mazelas em simples atos que poderiam ser cometidos por qualquer pessoa, sem a projeção de um ser alguém ideal e amado pelos seus leitores, mas personagens com ações passivas de provocações e análises sociais, de modo a fazer com que o receptor compreenda e reflita.

Essa é uma das razões pela qual Machado se eterniza na literatura, sua singularidade ao narrar uma história permite ir além de simplesmente apreciar um texto fictício para mero entretenimento. Por isso, o autor versa sobre os mais diversos temas, fazendo suas pontuais críticas e provocando a reflexão, já que “escrevendo em pleno período escravocrata, Machado é o escritor da denúncia de costumes, das assimetrias sociais brasileiras e da política da hipocrisia, que se torna o instrumento básico de interação social.” (OLIVEIRA, 2019, p. 13).

## UM PERÍODO EM TRÊS HISTÓRIAS

O conto “Mariana” (1871), relata a história de um amor impossível por parte da escrava Mariana para com Coutinho, filho da Sinhá. Entretanto, diferente de obras românticas com enredo semelhante, como a *Escrava Isaura*, o realismo nos acorda ao mostrar que as engrenagens sociais são maiores que qualquer sentimento narrado em uma obra literária.

“*Mariana* ocupa-se na relação entre senhores e escravos no âmbito familiar, evidenciando, na própria trama narrativa, o funcionamento de algumas dinâmicas sociais da escravidão” (OLIVEIRA, 2019, p. 9). Isso se dá porque a jovem, apesar de escravizada, teve alguns “privilégios” em comparação com outras escravas da época, pois foi ensinada a ler e escrever, era tratada de maneira fraternal pelas filhas da sinhá e nunca fora maltratada, no entanto, ela ainda era uma escrava e tinha o seu lugar não só delimitado como trazido a lembrança em vários momentos ao longo da trama, já que “Mariana possuía a inteligência da sua situação, e não abusava dos cuidados com que era tratada.” (ASSIS, 2019, p. 72).

Era uma gentil mulatinha nascida e criada como filha da casa, e recebendo de minha mãe os mesmos afagos que ela dispensava às outras filhas. Não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença [...] Mariana aos 18 anos era o tipo mais completo da sua raça. [...] Tinha cabelos encaracolados e curtos. Talhe esbelto e elegante, colo voluptuoso, pé pequeno e mãos de senhora. (ASSIS, 2019, p. 73).

É assim que Mariana é descrita por Coutinho, em uma conversa com seus amigos de juventude, no início do conto para instigar a imaginação do leitor durante a narrativa. Ele cita algumas características físicas da personagem, mas enfatiza o seu “lugar de escrava” ressaltando a diferença entre ela e as outras mulheres da casa.

Apesar dos sentimentos existentes no coração da moça, Coutinho estava noivo de Amélia, o que fez com que Mariana adoecesse, mesmo tendo a triste consciência de que “eu não posso ter amores. Sou uma simples escrava.” (ASSIS, 2019, p. 76). Então após sua melhora,



ela foge duas vezes de casa, por não conseguir conviver com a dor do amor impossível e é vista pela família do rapaz como uma ingrata. Entretanto, o mancebo se preocupa com a moça, não querendo ser o motivo de um possível suicídio, como se estivesse por adivinhar o que aconteceria.

Nesse momento, Machado traz as instituições sociais à tona, pois Coutinho, para encontrar a escravizada, se dirige a polícia para que a encontrem e a devolva a ele, já que era vista como propriedade da família.

[...] até que me ocorreu a ideia natural de recorrer à polícia: era prosaica a intervenção da polícia, mas eu não fazia romance; ia simplesmente em cata de uma fugitiva. A polícia nada sabia de Mariana; mas lá deixei a nota competente; correram agentes em todas as direções. (ASSIS, 2019, p. 79).

Observa-se aí a utilização da palavra “natural”, o que demonstra como era comum recorrer às autoridades da época para que encontrassem os escravizados que fugiam, como se estivesse por recuperar um bem perdido, afinal, ter escravos era ter dinheiro.

Quando Coutinho encontra Mariana, ele a pergunta o motivo da fuga e volta e lembrar “não tinhas o direito de sair, porque és cativa.” (ASSIS, 2019, p. 79). Já na segunda vez, tomado de indignação, Coutinho a encontra em um hotel no largo de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro e tentando convencê-la a voltar para casa, após cogitar utilizar de violência por meio dos agentes policiais, ele percebe que há algo no bolso da vestimenta de Mariana e pede que ela o mostre, era um frasco vazio.

“Mariana caiu sobre a cama. Pouco depois entrava o inspetor. Chamou-se à pressa um médico, mas era tarde. O veneno era violento; Mariana morreu às 8 horas da noite.” (ASSIS, 2019, p. 84). A moça não suportava a dor não poder viver o amor, sabia que jamais seria livre para andar por onde quisesse ou amar novamente, então escolheu tirar a própria vida, mas antes de vir a óbito, só conseguiu pedir que Coutinho não sentisse raiva ou culpa, mas que se lembrasse dela algumas vezes.

Basta uma insubordinação da escrava, motivada pela constatação da impossibilidade de seu amor, para que o tênue véu de cordialidade se esgarce, revelando o discurso autoritário que está na base desse teatro de desigualdades que configura a sociedade brasileira oitocentista. (OLIVEIRA, 2019, p. 10).

A narrativa de que Mariana compõe a família é totalmente desmontada quando a escravizada não tem o mínimo de direito de ir e vir, em que no primeiro sinal de uma possível

decisão tomada, logo os “donos” da moça impõem a autoridade e o poder que têm sobre ela. Mariana é da família, até o primeiro ato de insubmissão.

Em “O caso da vara” (1891), a época retratada é anterior a 1850, ou seja, em que a escravidão era prática permitida e comum, inclusive, a primeira lei “aboliconista” ainda não tinha sido promulgada. Narra-se a história de Damião um jovem que foge do seminário, pois não tem vocação ou vontade para se tornar padre. Sem ter onde ficar, o mancebo acaba pedindo abrigo na casa de Sinhá Rita, uma viúva que era amiga de seu padrinho e lhe ajudaria a não voltar para a formação eclesiástica.

A Sinhá, de 40 anos, ocupava sua vida em ensinar suas crias<sup>1</sup> a fazerem renda, crivo e bordado, de modo que não perdoava atraso ou serviço não terminado, como a descreve Machado, ela era “brava como o diabo”. E essa maldade se revela no tratamento à Lucrecia, uma de suas crias.

Se à noitinha a tarefa não tivesse pronta, Lucrecia receberia o castigo do costume. Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. (ASSIS, 2019, p. 277).

A humanidade da menina já não existia, servia apenas para trabalhar e sofria na mão da senhora caso não fizesse o trabalho conforme exigido. As descrições de Lucrecia revelam-nos uma criança que muito sofrerá na mão da Sinhá, pois já havia marcas em seu corpo, além da própria sentença utilizada pelo autor: “o castigo do costume”, que demonstra a crueldade corriqueira praticada pela mulher. Ademais, a pobre menina, aparentemente, possuía já uma saúde debilitada, o que é salientado em outras partes do texto quando volta a tossir.

Por um pequeno momento de distração, a personagem acaba não concluindo o trabalho, destoando das demais crias que cumpriram tudo no prazo dado pela senhora, e então a Sinhá Rita resolve punir a menina, perguntando onde está a vara e pede a Damião para pegá-la.

A menina suplica por socorro a Deus e a Nossa Senhora, a qual a Sinhá responde rispidamente: “Malandra! Nossa Senhora não protege vadias.” (ASSIS, 2019, p. 281). Até que a menina apela para o terreno/material, implorando para que Damião a ajude e lhe tire das mãos da Sinhá. Damião, ainda que outrora tivesse jurado a si mesmo proteger a menina, entrega a vara para a Sinhá a fim de não perder o abrigo concedido pela mulher e precisar voltar para o seminário.

---

<sup>1</sup> Palavra utilizada por Machado para se referir as negras que bordavam a mando de Sinhá Rita.

Oliveira (2019), em uma breve análise do conto, reforça que a personagem, que até então era secundária, ganha espaço na trama narrada, de modo que o enredo muda abruptamente de foco, fazendo com que o conto encerre deixando o futuro do rapaz em aberto e sob a imaginação e julgamento de cada leitor.

No conto “Pai contra mãe” (1906), Machado inicia a narrativa trazendo ao imaginário do leitor alguns instrumentos de tortura, sendo eles o ferro no pescoço e a máscara de Flandres – utilizada para combater a embriaguez dos escravizados – e complementa que era muito comum que os escravos fugissem e por isso era aplicado ferro ao pescoço nos fujões, que ele ilustra para o leitor dizendo:

Imaginal uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até o alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado. (ASSIS, 2019, p. 383).

Além da terrível dor e da humilhação que os escravizados passavam, ainda eram marcados como escravos rebeldes que deveriam ser reconhecidos e entregues rapidamente aos seus donos. Deste modo, muitos patrões pagavam para que outros homens fossem atrás dos escravizados fugidos, às vezes branco e pobre, como no caso do protagonista Cândido, outras ex-escravos, por conhecerem o comportamento e os hábitos dos fugitivos ou os conhecidos capitães do Mato que em alguns momentos utilizavam os escravos capturados para ganho próprio. (PRIORE; VENANCIO, 2016).

O conto narrará a vida de Cândido Neves, homem pobre, porém branco e livre, que ganhava a vida como caçador de escravizados fugidos. Era casado e sua esposa esperava um filho seu, no entanto, as condições de vida apertavam-se, novos caçadores surgiam e as dívidas de Cândido aumentavam. Assim sendo, ele se vê obrigado a deixar o filho recém-nascido na roda dos enjeitados<sup>2</sup>, mas quando vai fazer, escolhe ir por um caminho mais longo, a fim de passar mais tempo com seu bebê e encontra uma escrava fugida, que muito valia e não pensa duas vezes ao ir atrás da mulher para capturá-la.

A mulher, Arminda, implora ao homem pelo amor de Deus e pelo amor do filho que não a entregue ao seu senhor, pois estava grávida e não queria perder o seu bebê. “Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites – coisa que,

---

<sup>2</sup> Local em que se deixavam bebês recém-nascidos, de maneira anônima, para que instituições de caridade cuidassem das crianças.

no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoutes.” (ASSIS, 2019, p. 391).

Entretanto, Cândido não cede e nos é apresentado não só um pai que queria cuidar de seu filho, não só um pobre que poderia ter compaixões com outros pobres, mas alguém que por ser livre, se sentia superior aos escravizados, a ponto de ter orgulho do seu “trabalho” e declarar ainda no início do conto que “preto fugido sabe que comigo não brinca; quase nenhum resiste, muitos entregam-se logo.” (ASSIS, 2019, p. 386).

A descrição feita pelo autor no momento em que Cândido entrega Arminda, mostra tanto as dores que a escravizada sentia, como a indiferença no caçador, que mesmo sendo pobre, sabia que jamais seria vitimizado pela escravidão, era homem branco e livre.

Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. [...] No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta, a escrava abortou. O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. (ASSIS, 2019, p. 392).

Oliveira (2019) explica que na dura contextualização feita por Machado, os que vingam são apenas os que, mesmo em condição de penúria, conseguem encontrar uma válvula, que é oferecida pelo próprio sistema social da época. Afinal, o conto encerra-se com Candinho declarando que “nem todas as crianças vingam” (ASSIS, 2019, p. 393), só as filhas de homens livres, só as crianças brancas.

E não tem sido diferente nos dias atuais, vide inúmeras notícias de crianças assassinadas, tanto em suas casas, como o caso do jovem João Pedro que brincava com seus primos quando a polícia invadiu a sua casa e alvejou o ambiente de tiros (FRANCO, 2020), como em outras circunstâncias, por puro descaso com a vida de uma criança negra, como o caso do menino Miguel, de apenas cinco anos, que sob os cuidados da patroa de sua mãe foi colocado sozinho por ela em um elevador e acabou caindo do nono andar, altura de 35 metros, conforme o portal de notícias G1 (2020).

O racismo imbricado e enraizado na nossa sociedade, não perdoa nenhuma vida negra, nem aquelas que ainda se desenvolverão, pois nós naturalizamos o racismo, independente da instância a qual ele esteja. Almeida (2019, p. 63) afirma que “o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais”. O que significa dizer que para que o racismo continue prosperando na sociedade é necessário.

Produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade racial; Constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem “normal” e “natural” que no mundo haja “brancos” e “não brancos”. (ALMEIDA, 2019, p. 63).

E é assim que se manifesta tanto no conto de Machado, como nos atuais casos mencionados acima, o sujeito branco é universal e a sociedade está pautada no seu modo de vida, enquanto a pessoa “racializada” representa o “outro” que não tem a mesma importância, fazendo com que a morte de uma criança negra não tenha o mesmo impacto ou importância que a de uma criança branca.

Machado, nessas três histórias, retrata para o leitor um período histórico a partir de primas diferentes, revelando-se um dos importantes intelectuais abolicionistas que denunciou os horrores da escravidão enquanto o Brasil ainda era um país escravista e, posteriormente, com a libertação dos escravos, talvez para mostrar que as desigualdades ainda vigoravam fortemente e avisar que a luta precisava continuar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise da obra, foi possível compreender a relevância do texto literário numa perspectiva histórica para emergir problemáticas sociais e possibilitar análises de cunho sociopolítico, bem como combater a ignorância que contribui para a existência do racismo no Brasil.

É importante ressaltar que não só ler as obras de cunho abolicionista é necessário, como também dar importância a autores negros é essencial, além de aprender sobre o longo período escravista no país, por meio da história oficial. Por isso, é perceptível que a escolha dos contos a serem analisados, considerou propositalmente não só a grandeza intelectual de Machado, mas a sua experiência enquanto escritor negro na sociedade oitocentista, pois melhor do que ouvir uma história, é ouvir de quem a vivenciou de perto.

Acreditamos, portanto, ter contribuído para o debate acerca da literatura enquanto meio de conhecimento e de provocação acerca de diferentes questões relevantes para a sociedade. Esperamos que este estudo possa auxiliar professores e demais interessados nas ciências humanas a compreenderem um pouco do Brasil oitocentista e refletirem acerca das práticas racistas que ainda se fazem tão presentes no país.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Todos os contos*: volume II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

ASSIS, Machado de. *Todos os contos*: volume III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura: arte, conhecimento e vida*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

FRANCO, Luiza. *Caso João Pedro*: quatro crianças foram mortas em operações policiais no Rio no último ano. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52731882>. Acesso em: 09 jun. 2020.

G1. *Caso Miguel*: como foi a morte do menino que caiu do 9º andar de prédio em Recife. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml>. Acesso em: 09 jun. 2020.

LAGO, Rafaela Domingos. Demografia escrava e o impacto das leis abolicionistas no Espírito Santo (1850-1888). *Almanack*, Guarulhos, n. 19, p. 119-166, ago. 2018.

MARQUESE, Rafael de Bivas. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos*, São Paulo, n. 74. p. 107-123, mar. 2006.

MARTINS, Hércio. Sobre o Realismo de Machado de Assis. *Revista Luso-Brasileira*. v. 3, n. 2, p. 83-88. 1966.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Machado de. Introdução. In: ASSIS, Machado de. *Todos os contos*: volume I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.